

Primavera do Leste, 22 de março de 2022.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Objetivando atender a Instrução Normativa nº 54, 7/12/2020, emitida pelo Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos: o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, da **Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste**, referentes à data base 31 de dezembro de 2022.

Neste anexo, constam os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório da Auditoria
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de Sobras ou Perdas do Exercício;
- Demonstrações de Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

TERMO DECLARATÓRIO: É de total responsabilidade da alta administração da **Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste** o conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

JORGE FRANCISCO
MIRA:211088119
49

Assinado de forma digital por JORGE FRANCISCO
MIRA:21108811949
Dados: 2023.03.28 17:02:15 -04'00'

Presidente Conselho de Administração

LAURA BEATRIZ GOMES DA MOTA
COSTA:42461847134

Assinado de forma digital por LAURA BEATRIZ GOMES DA MOTA COSTA:42461847134
Dados: 2023.03.28 16:35:26 -04'00'

Diretora Administrativa

PATRICIA PEDROSO DE OLIVEIRA:05090088101

Assinado de forma digital por PATRICIA PEDROSO DE OLIVEIRA:05090088101
Dados: 2023.03.28 16:33:16 -04'00'

Contadora - CRC MT Nº 020623/O-8

RTA-136-2023

**Primacredi Cooperativa de Crédito de
Primavera do Leste**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2022**

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022

Sumário

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18
1 Contexto operacional.....	18
2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	19
3 Resumo das principais práticas contábeis	24
4 Caixa e equivalentes de caixa	28
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	28
6 Títulos e valores mobiliários.....	29
7 Operações de crédito	30
8 Outros ativos financeiros	32
9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	32
10 Outros ativos	33
11 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	34
12 Depósitos	34
13 Recursos de aceite e emissão de títulos.....	35
14 Relações interfinanceiras.....	35
15 Outros passivos financeiros	35
16 Provisões.....	35
17 Obrigações fiscais correntes e diferidas.....	36
18 Outros passivos.....	36
19 Patrimônio líquido.....	37
20 Ingressos de operações de crédito	38
21 Ingressos de prestação de serviços e tarifas	39
22 Dispêndios de pessoal.....	39
23 Outros dispêndios administrativos	39
24 Outros ingressos operacionais.....	40
25 Outros dispêndios operacionais.....	40
26 Outros ingressos e dispêndios.....	40
27 Resultado não recorrente	40
28 Partes relacionadas	41
29 Índice de Basileia	41
30 Plano de ação para implementação da Resolução 4.966/2021	42
31 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	42
32 Seguros contratados.....	44

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Apresentamos através deste relatório um conjunto de ações e resultados alcançados durante o ano de 2022 pela PRIMACREDI - Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste. Nossa atuação é pautada no cooperativismo, na responsabilidade com o cooperado oferecendo sempre as melhores soluções financeiras com excelência e comprometimento.

Neste documento você vai encontrar informações e detalhamento do crescimento da PRIMACREDI, como instituição financeira cooperativista. As nossas conquistas vêm da conduta dos Conselheiros, do conhecimento geral de seu Presidente e do esforço nossos colaboradores e de nossos cooperados que a cada dia depositam confiança e credibilidade em forma de investimento, tornando nossa instituição ainda mais sólida.

Além dos resultados econômico-financeiros, apresentamos também as principais ações de responsabilidade social realizadas de acordo com projetos.

MENSAGEM AOS COOPERADOS

2022: O ANO DA EXPANSÃO!

Este ano foi um dos mais desafiadores para nossa cooperativa, assumimos a missão de aumentar o número de agências em Mato Grosso, tornando assim a PRIMACREDI mais atuante.

Nosso objetivo sempre foi o de expandir nossas ações para a região sul, sudeste, médio e norte Araguaia. E trilhamos um caminho de sucesso.

Nosso plano de expansão é ousado, porém não é impossível. Iniciamos o ano com a meta de aumentar nossa área de atuação para 45 municípios, atingindo assim 1 milhão de habitantes e 30% do Produto Interno Bruto – PIB do estado de Mato Grosso.

Inauguramos um ponto de Atendimento em Água Boa, reformulamos e reinauguramos a agência de Gaúcha do Norte. Nossa expectativa para 2023, é de que mais três agência seja entregue, nas cidades de Campo Verde, Canarana e Confresa.

Definitivamente o ano de 2022 marca uma nova era da PRIMACREDI, foi neste ano que promovemos a maior assembleia já realizada na região. Além dos cooperados, compartilhamos informações sobre nossa cooperativa com toda a sociedade, mantendo um dos focos do cooperativismo, que é o envolvimento com a comunidade.

Os avanços tecnológicos, mudaram a forma de nos relacionarmos no mercado financeiro, disponibilizamos cartão de crédito/débito, maquininhas e a possibilidade da realização de pix. Ultrapassamos a marca R\$ 789.000.000,00 (setecentos e oitenta e nove milhões de reais) em transações.

Nosso cooperados, nos surpreenderam, e graças aos esforços de todos, conquistamos o prêmio de Cooperativa Destaque em Ativos Totais. Hoje a PRIMACREDI, segundo dados do Sistema OCB/MT, está entre as três

cooperativas de créditos mais atuantes do estado. Gerando renda, empregos diretos e indiretos, e modificando as comunidades onde estamos presentes.

Além de nossos cooperados, contamos com o apoio dos nossos colaboradores que vestiram literalmente a camisa da transformação. Somente de janeiro a outubro deste ano, a PRIMACREDI disponibilizou mais de 20 treinamentos e capacitações, que resultaram em uma carga horária total de 362 horas, foram R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) investidos, tudo para garantir um atendimento com qualidade para todos que buscarem nossa cooperativa.

Por tudo isto, temos a convicção de que a trajetória percorrida e as conquistas alcançadas pela PRIMACREDI em 2022 são prova de que mais uma vez cumprimos nossa missão, com o propósito de avançar sempre.

NÚMEROS E AÇÕES REALIZADAS

A previsão do Banco Central-BC, era de que o cooperativismo de crédito apresentasse um aumento no número de cooperados de 13%. A Primacredi superou essa meta, e chegamos ao crescimento 34,9%, em comparação ao ano de 2021.

Neste ano foram emitidos 1.350 cartões de crédito, somando mais R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) em limites. As compras no débito, alcançaram o valor de R\$ 8,8 milhões ver o valor e por extenso.

As transações por meio de pagamento instantâneo, o popular Pix, ultrapassaram a casa de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), movimentando mais de R\$ 789.000.000,00 (setecentos e oitenta e nove milhões). Números surpreendentes, até mesmo para quem caminha para ser grande.

O credenciamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, colocou à disposição de produtores rurais e empresários, o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por cooperado para a aquisição de crédito, e o melhor de tudo com taxas bastante acessíveis e competitivas, fato que possibilita ajudar nossos cooperados na melhoria de sua estrutura de negócios, bem como a gestão dos processos internos de suas empresas com investimentos, inclusive, em novas tecnologias.

Chegamos ao R\$ 895.858.747 (oitocentos e noventa e cinco milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil e setecentos e quarenta e seis reais) em ativos totais, um crescimento de 68%, se comparado a 2021.

Apesar de todos os desafios previstos para 2023, temos objetivos muito sólidos, um deles é ser líder de mercado e destaque em melhor atendimento nas comunidades onde atuamos.

Pretendemos chegar, a 10 mil associados, chegar a R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) em carteira de crédito, expandir nossas ações para três escritórios regionais, sendo eles nas cidades de Canarana, Campo Verde e Confresa. E fechar o ano com R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em sobras. Nossas metas audaciosas, porém, necessárias quando se propõe a chegar a um objetivo.

Além de trazer benefícios para nossos cooperados, nossa missão também é a desenvolver a comunidade onde estamos inseridos, neste contexto, promover a transformação social. Investimentos aproximadamente

R\$900.000,00 (novecentos mil reais), foram feitos em diversas ações. Estivemos presentes em eventos voltados ao agronegócio, educação no trânsito e ao entretenimento, cultura e esporte.

Desde o Café com Presidente, onde compartilhamos uma mensagem de otimismo e motivação aos nossos colaboradores. A eventos maiores como a 32ª Assembleia Geral Ordinária – AGO, a maior já realizada pela cooperativa, foram 1.800 associados presentes. Festa essa aberta a comunidade. Que além de apresentar as vantagens do cooperativismo financeiro, sorteou entre os cooperados presentes um carro zero quilômetro. E uma moto entre os colaboradores.

VALORIZAÇÃO

O 5º princípio do cooperativismo, é educar, formar e informar. E a PRIMACREDI, acredita na educação como algo essencial para a autonomia da sociedade cooperativa e para o aprimoramento daqueles que participam dela. Por isso, investimos cada vez mais na formação do quadro social. Nossos colaboradores passaram durante 2022, por diversos treinamentos, entre eles: Gestão do Tempo, Gestão de Conflitos e Negociação da Cooperação, conheça seu Funcionário, Prevenção a Página 2 de 8 Lavagem de Dinheiro, Técnicas de vendas, preparatório para Certificação CPA 10 e participações em congressos como Concred e HSM Expo 2022.

SEMPRE PRESENTE

A PRIMACREDI, esteve presente na Farm. Show-MT um dos maiores eventos voltados ao agronegócio, que tem a missão de fomentar a economia local e gerar intercâmbio entre os produtores da região. Proporcionando a toda a comunidade a oportunidade de assistir a palestra com o campeão brasileiro de vôlei, o Tande, com tema: “A Vida é um jogo”.

Também durante os dias de feira, foram negociados um grande volume de operações de crédito para energia solar, veículos e máquinas agrícolas.

Estar presente em todos os momentos que marcam as comunidades onde estamos inseridos, foi o lema de 2022. Por isso apoiamos eventos totalmente gratuitos e que proporcionaram lazer e entretenimento à população.

No aniversário de 36 anos de Primavera do Leste, fomos parceiros na realização das festividades, proporcionando quatro dias de comemorações com shows nacionais totalmente grátis para toda a população.

Estivemos presente no tradicional Encontro Nacional de Violeiros, realizado em Poxoréu, e que reúne milhares de amantes de viola caipira, e enaltece a cultura de forma sem igual.

Outro destaque neste sentido, está no apoio a 29ª Expovale, evento que abriu as portas de entrada na comunidade de Água Boa, onde a marca da Primacredi foi vista por mais de 100 mil pessoas durante os quatro dias de evento. A festa é considerada o maior evento agropecuário da região do Vale do Araguaia. Na região, também apoiamos o Festival de Pesca Pais e filhos evento tradicional que mobiliza toda a comunidade da cidade.

Estar ligado a ações sociais é uma de nossas missões, por isso sempre estamos apoiando eventos, como o 6º Festival do Porco Pizza e 27º Costelão dos Engenheiros Agrônomos, eventos esses que tem parte da renda destinada a projetos de causas sociais desenvolvidos em Primavera do Leste.

Eventos locais são de suma importância para o fortalecimento da marca junto a sociedade, como uma instituição que quer estar inserida na comunidade. Como ações neste sentido destacamos a participação da Primacredi como patrocinadores máster do 1º ACIPLE Brasa Fest, evento que contou com show nacional da dupla Jads e Jadson. Fortalecendo assim a parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Primavera do Leste – ACIPLE.

Um outro evento que colaboramos, foi a primeira edição da FeijOAB, evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Primavera do Leste, que além de promover uma interação entre a classe dos advogados com a comunidade em geral, colaborou com ações promovidas pela Associação dos Amigos dos Autistas de Primavera do Leste - AMA-PVA, doando parte da renda para a instituição.

Nossos colaboradores também estão engajados e sabem da importância da Responsabilidade Social, como mola propulsora do desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos. Por isso, além de apoiar financeiramente eventos, nossos colaboradores também doam mão-de-obra. Um dos exemplos é a Festa do Milho da APAE, onde nossos colaboradores doaram tempo de serviços durante o evento que tem 100% renda destinada a APAE de Primavera do Leste, beneficiando mais de 130 alunos que frequentam a entidade. O evento também recebeu apoio financeiro da cooperativa.

Apoiamos também a 10ª Carneirada do Rotary, evento esse que tem o lucro revertido para compra de cadeiras de rodas e cirurgias oftalmológicas

Junto ao Centro de Apoio no Combate ao Câncer -CACC, apoiamos a Serata Italiana e o Mulheres com propósito. Duas grandes festas, que tem como missão ajudar na luta contra o câncer, proporcionando acesso a um tratamento precoce.

Nossa colaboração na luta contra o câncer, não se resume a ações realizadas dentro do estado. Um exemplo está no apoio oferecido ao 9º Encontro de Violeiros “Direito de Viver”, cuja renda é revertida ao Hospital do Câncer de Barretos, o “Hospital do Amor”. Aproveitamos também a oportunidade para reforçar junto à comunidade informações sobre o câncer de próstata.

APOIO AO ESPORTE

Acreditando no esporte como um transformador social, a cooperativa apoiou diversos eventos esportivos como a 10ª Edição do Grenal que reuniu mais de 500 famílias e foi realizado em nosso Centro de Eventos, destaque também ao jovem atleta Wandré de Souza Nogueira Garcia patrocinado por nossa cooperativa e a frente do dos Projetos DOJO e CreJu com mais de 50 crianças beneficiadas. Também investimos em ações coletivas como o projeto Força Vôlei e o Basquete Para a Vida, ambos com dezenas de atletas beneficiados.

FAZENDO NOSSA PARTE

Um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), revelou que o Brasil é o terceiro país com mais mortes no trânsito em todo o mundo. Por isso cabe a cada um de nós fazermos nossa parte, para tentar mudar esta realidade. A PRIMACREDI, se uniu a forças policiais, CMTU, Ciretran e demais parceiros, e juntos realizamos uma grande campanha de conscientização no trânsito, o Movimento Maio Amarelo, que integra o Projeto Trânsito Consciente com divulgação e ampla conscientização, finalizando com palestra para mais de 1500 colaboradores da empresa FS Bioenergia.

A cooperativa acredita na força da cultura local e sempre está inserida neste cenário, apoiando eventos, projetos e ações agregam à população conhecimento, lazer, identificação pessoal e quem contribuem para a formação cultural. Entre os diversos eventos culturais que apoiamos, destacamos o espetáculo Musical O Rei Leão, realizado em nosso Centro de Eventos.

SEMPRE COOPERANDO

A cada ano o Dia de Cooperar vem mostrando sua força e pujança na transformação das comunidades em que as cooperativas estão presentes. O Movimento é, também, um impulsionador no alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela ONU.

Em 2022, a Primacredi realizou ações voltadas às crianças inseridas em comunidades de vulnerabilidade social, realizando dia de lazer e muita brincadeira. Levando aos pequenos muita diversão.

Na região de Primavera do Leste, as ações foram realizadas na comunidade São Pedro no assentamento Vale Verde. Ações também foram realizadas nas cidades de Gaúcha do Norte, Poxoréu e Alto Coité.

OPORTUNIDADES PARA TODOS

Disponibilizar aos nossos cooperados e toda a comunidade oportunidades nunca vistas, essa é uma das missões da Primacredi. Neste sentido, destacamos o Feirão de Veículos PRIMACREDI, realizado em 3 dias, onde foram financiados 64 veículos totalizando mais de R\$ 9.000.0000,000 (nove milhões de reais).

O RECONHECIMENTO

E o resultado de todas essas ações não poderia ser outro, senão o reconhecimento da população, que nos levou de volta ao topo do pódio como melhor cooperativa e empresa com melhor atendimento, conforme o Prêmio Melhores do Ano da Aciple.

Nosso trabalho não termina aqui; pelo contrário, continua firme, pautado na consolidação das boas práticas de governança e focado na busca de novas possibilidades voltadas ao interesse dos associados.

Conclamo a todos para que nos mantenhamos presentes e firmes na busca dos objetivos de nossa cooperativa, sabendo que para alcançarmos o resultado almejado, é preciso participação, interação e união de todos associados, seja pelas vias do interesse comercial, do social, ou cultural.

A participação de cada associado e de seus familiares é essencial, para que juntos possamos tornar a PRIMACREDI cada vez maior e atendendo os anseios das comunidades onde atuamos.

JORGE FRANCISCO MIRA

PRESIDENTE DA PRIMACREDI

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste
Primavera do Leste – MT

www.moorebrasil.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 28 de janeiro de 2022, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de março de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S "MT"



Julio Cesar Dias
Contador CRC 1SP322496/O-1 S "MT"

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	15.331.413	829.481
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	115.917	103.154
Títulos e valores mobiliários	6	191.527.755	102.707.586
Operações de crédito	7	646.186.713	449.054.111
Outros ativos financeiros	8	3.520.985	4.169.368
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(30.867.117)	(23.833.770)
Outros ativos	10	6.043.287	14.676.218
Imobilizado de uso	11	73.416.889	71.380.724
Intangível	11	559.085	235.743
(-) Depreciações e amortizações	11	(9.976.180)	(6.334.674)
Total do ativo		<u>895.858.747</u>	<u>612.987.941</u>
Passivo			
Depósitos	12	389.781.554	418.796.142
Demais instrumentos financeiros			
Recursos de aceite e emissão de títulos	13	327.229.483	-
Relações interfinanceiras	14	6.732.480	-
Outros passivos financeiros	15	531.619	314.436
Provisões	16	212.544	412.562
Obrigações fiscais correntes e diferidas	17	2.373.665	1.007.755
Outros passivos	18	29.311.394	73.246.014
		<u>756.172.739</u>	<u>493.776.909</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		84.830.681	72.500.137
Reservas de sobras		38.700.643	29.309.871
Sobras acumuladas		16.154.684	17.401.024
		<u>139.686.008</u>	<u>119.211.032</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>895.858.747</u>	<u>612.987.941</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

		31/12/2022	31/12/2021
	Nota	2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		74.458.470	128.807.841
Operações de crédito	20	55.735.442	97.169.892
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.191	1.087.433
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	18.715.837	30.550.516
Dispêndios da intermediação financeira		(51.576.402)	(82.944.003)
Operações de captação no mercado	12 e 13	(45.354.650)	(74.497.565)
Operações de empréstimos e repasses	14	(163.781)	(163.781)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9b	(6.057.971)	(8.282.657)
Resultado bruto da intermediação financeira		22.882.068	45.863.838
Outros ingressos/dispêndios operacionais		(17.590.441)	(32.572.925)
Ingressos de prestação de serviços	21	1.603.622	2.457.114
Rendas de tarifas	21	107.707	508.106
Dispêndios de pessoal	22	(10.612.166)	(19.119.841)
Outros dispêndios administrativos	23	(10.180.397)	(18.169.548)
Dispêndios tributários		(3.243)	(78.221)
Outros ingressos operacionais	24	1.755.123	2.304.579
Outros dispêndios operacionais	25	(261.087)	(475.114)
Provisões		-	-
Provisões/reversões para contingências		-	(298.702)
Resultado operacional		5.291.627	13.290.913
Outros ingressos e dispêndios	26	19.758	5.811.038
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		5.311.385	19.101.951
Juros ao capital	19b	(212.996)	(436.680)
Sobras do período antes das destinações		5.098.389	18.665.271
		20.471.793	20.471.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	5.311.385	20.797.888
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	5.311.385	20.797.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Totais	
			Reserva legal	Reserva estatutárias	Reserva p/ expansão			Reserva especial
Saldos em 1º de janeiro de 2021	67.024.285	(109.150)	3.139.546	9.061.886	9.560.232	340.240	11.468.417	100.485.456
Destinações das sobras do exercício anterior:								
Ao capital	5.784.754	-	-	-	-	-	(5.784.754)	-
Constituições de reservas	-	-	1.146.842	2.867.104	1.146.842	-	(5.160.788)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	-	(522.875)	(522.875)
Movimentação de capital:								
Por Subscrição/realização	2.958.125	109.150	-	-	-	-	-	3.067.275
Por devolução (-)	(3.267.027)	-	-	-	-	-	-	(3.267.027)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital							20.797.888	20.797.888
Remuneração de juros sobre o capital próprio:								
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(326.095)	(326.095)
Destinações das sobras do período:								
Reserva legal	-	-	2.047.179	-	-	-	(2.047.179)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(1.023.590)	(1.023.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.500.137	-	6.333.567	11.928.990	10.707.074	340.240	17.401.024	119.211.032

Continua...

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

...continuação

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reservas de sobras				Sobras acumuladas	Totais
			Reserva legal	Reserva estatutárias	Reserva p/ expansão	Reserva especial		
Saldos em 01 de janeiro de 2022	72.500.137	-	6.333.567	11.928.990	10.707.074	340.240	17.401.024	119.211.032
Destinações das sobras do exercício anterior:								
Ao capital	8.483.024	-	-	-	-	-	(8.483.024)	-
Aumento de reserva com sobras	-	-	1.740.103	4.350.256	1.740.102	-	(7.830.461)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	-	(1.087.539)	(1.087.539)
Movimentação de capital:								
Por Subscrição/realização	5.646.325	-	-	-	-	-	-	5.646.325
Por devolução (-)	(1.610.153)	-	-	-	-	-	-	(1.610.153)
Estorno de capital	(946.443)	-	-	-	-	-	-	(946.443)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	-	19.101.951	19.101.951
Liquidação de reserva	-	-	-	-	-	(340.240)	340.240	-
Remuneração de juros sobre o capital próprio:								
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(436.680)	(436.680)
Juros sobre o capital próprio, líquido	757.791	-	-	-	-	-	-	757.791
Destinações das sobras do período:								
Reserva legal	-	-	1.900.551	-	-	-	(1.900.551)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(950.276)	(950.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.830.681	-	9.974.221	16.279.246	12.447.176	-	16.154.684	139.686.008

continua...

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

...continuação

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reservas de sobras				Sobras acumuladas	Totais
			Reserva legal	Reserva estatutárias	Reserva p/ expansão	Reserva especial		
Saldos em 01 de julho de 2022	82.269.939	-	8.073.670	16.279.246	12.447.176	-	13.907.122	132.977.153
Movimentação de capital:								
Por Subscrição/realização	3.118.943	-	-	-	-	-	-	3.118.943
Por devolução (-)	(961.320)	-	-	-	-	-	-	(961.320)
Estorno de capital	(800)	-	-	-	-	-	-	(800)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	-	5.311.385	5.311.385
Remuneração de juros sobre o capital próprio:								
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(212.996)	(212.996)
Juros sobre o capital próprio, líquido	403.919	-	-	-	-	-	-	403.919
Destinações das sobras do período:								
Reserva Legal	-	-	1.900.551	-	-	-	(1.900.551)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(950.276)	(950.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.830.681	-	9.974.221	16.279.246	12.447.176	-	16.154.684	139.686.008

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2022	Reapresentado 2021
	2º semestre	Exercício
Sobras antes da tributação e participações	5.311.385	19.101.951
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.057.971	8.282.657
Provisões/reversões para contingências	-	298.702
Depreciações e amortizações	2.138.487	4.316.840
Sobras antes da tributação e participações ajustado	13.507.843	31.701.448
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.191)	(12.763)
Títulos e valores mobiliários	(25.231.192)	10.213.362
Relações interfinanceiras	1.485.528	-
Operações de crédito	(120.449.177)	(198.481.700)
Outros ativos financeiros	(251.788)	748.171
Outros ativos	573.661	8.632.931
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	(163.184.623)	(29.014.588)
Recursos de aceite e emissão de títulos	96.036.876	327.229.483
Relações interfinanceiras	(1.504.184)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	6.732.480	6.732.480
Outros passivos financeiros	183.112	217.183
Provisões	(202.330)	(200.018)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(1.067.483)	1.365.910
Outros passivos	15.342.036	(44.371.300)
FATES - Atos cooperativos	(950.276)	(950.276)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(178.986.708)	113.810.323
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(2.701.224)	(3.034.841)
Aquisição de intangível	-	(235.743)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.701.224)	(3.034.841)
Atividades de financiamentos		
Aumento por novos aportes de capital	3.118.943	5.646.325
Devolução de capital à cooperados	(961.320)	(1.610.153)
Estorno de capital	(800)	(946.443)
Distribuição de sobras para associados	-	(1.087.539)
Juros sobre o capital próprio, líquido	403.919	757.791
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.560.742	2.759.981
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(179.127.190)	113.535.463
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	360.755.166	68.092.513
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	181.627.976	181.627.976
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(179.127.190)	(46.920.226)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

1 Contexto operacional

A Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste, fundada em 26 de novembro de 1990, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1991, através do registro sob nº 26.563.270/0001-02.

A Cooperativa está sediada na Avenida Cuiabá, nº 653, Cidade Primavera I, em Primavera do Leste estado de Mato Grosso e tem sua área de ação nos municípios de Primavera do Leste, Campo Verde, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Nova Brasilândia, Novo São Joaquim, Paranatinga, Poxoréu, Santo Antônio do Leste, Tesouro, Agua Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaiana, Araguinha, Barra do Garças, Campinápolis, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Luciara, Nova Xavantina, Pedra Petra, Planalto da Serra, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirãozinho, Ribeirão Cascalheira, Rondonópolis, Santa Terezinha, São Felix do Araguaia, São José do Povo, São José do Xingú, Torixoréu, Vila Rica, Bom Jesus do Araguaia, Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Santa Cruz do Xingu, Serra Nova Dourada, no Estado de Mato Grosso.

Tem por objetivo proporcionar assistência financeira a seus cooperados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos cooperados e a melhoria da sua qualidade de vida. Prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus cooperados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens. Obter recursos financeiros junto às instituições de crédito oficiais e particulares, através de repasses e refinanciamentos. Captar, somente de cooperados, depósitos sem emissão de certificado; de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, bem como prestar as devidas garantias; receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses; nos termos da legislação específica, ter acesso a recursos oficiais para o financiamento das atividades dos cooperados. Aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista e depósitos interfinanceiros, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação. Prestar serviços de cobranças, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, mediante contrato com entidades públicas ou privadas, por conta ou em benefício de cooperados e usuários, observada a regulamentação em vigor. Subscrever e integralizar quotas de capital de Cooperativa Central de Crédito e de bancos cooperativos de crédito, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. Instalar postos de atendimento cooperativo e contratar serviços junto à Cooperativa Central de Crédito e junto a outras instituições financeiras, ou correlatas, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa de Crédito

ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos cooperados, tendo como base os princípios cooperativistas. Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da discriminação religiosa, racial e social. A Cooperativa poderá organizar seu quadro social em grupos ou atividades setoriais, distritais, municipais, regionais, especiais, transitórios ou não, visando promover plena integração dos cooperados à vida societária, são de característica funcional e hierarquicamente, órgão assessores da administração da Cooperativa, sem poderes executivos ou de deliberação, conforme Regimento Interno do Quadro Social.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelo disposto nas Leis 5.764, de 16.12.1971 e 4.595, de 31.12.1964, e nos artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406, de 10.1.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional–CMN e pelo Banco Central do Brasil.

Em 08 de Agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito Rural de Primavera do Leste, para Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de março de 2023, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971; Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 26(R1), 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

a) **Reapresentação de informações comparativas**

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924/2021), as informações financeiras relativas aos fluxos de caixa para o exercício findo em 2021 são reapresentadas abaixo:

	Divulgação anterior	Ajustes	2021 Reapresentado
Sobras antes da tributação e participações	20.471.793	326.095	20.797.888
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.331.399	(2.053.734)	2.277.665
Provisões/reversões para contingências	-	298.702	298.702
Depreciações e amortizações	870.470	-	870.470
Reversão para reserva legal	(2.047.179)	2.047.179	-
Destinação para o FATES	1.023.590	(1.023.590)	-
Sobras antes da tributação e participações ajustado	24.650.073	(405.348)	24.244.725
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.999.525	-	9.999.525
Títulos e valores mobiliários	11.559.372	(47.003.926)	(35.444.554)
Operações de crédito	(158.222.646)	2.053.734	(156.168.912)
Outros ativos financeiros	(3.414.068)	265.953	(3.148.115)
Outros ativos	820.304	(265.953)	554.351
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	97.600.917	-	97.600.917
Recursos de aceite e emissão de títulos	(28.542.718)	-	(28.542.718)
Outros passivos financeiros	-	295.773	295.773
Provisões	-	(225.982)	(225.982)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	-	409.231	409.231
Outros passivos	58.337.322	(1.103.819)	57.233.503
FATES - Atos cooperativos	-	(1.023.590)	(1.023.590)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	12.788.081	(47.003.927)	(34.215.846)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(11.746.010)	-	(11.746.010)
Aquisição de intangível	(235.743)	-	(235.743)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(11.981.753)	-	(11.981.753)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	53.989.202	(50.921.927)	3.067.275
Devolução de capital à cooperados	(54.711.829)	51.444.802	(3.267.027)
Distribuição de sobras para associados	-	(522.875)	(522.875)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(722.627)	-	(722.627)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	83.701	(47.003.927)	(46.920.226)
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.598.486	113.414.253	115.012.739
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.682.187	66.410.326	68.092.513
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	83.701	(47.003.927)	(46.920.226)

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii) a recepção do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação;
- iii) a recepção do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o qual estabelece critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro;
- iv) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

v) a recepção do CPC 46 - na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os funcionários. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2022.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) **Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. A Cooperativa não realiza qualquer tipo de operação ou qualquer prestação de serviço com não associados.

b) **Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos livres de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

e) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

g) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

k) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

l) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

n) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 68.317.002. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 144.003.216. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 75.686.214.

o) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito retornou para 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022, conforme Art. 3º, inciso I da Lei 7.689/98, e posteriormente aumenta para 16% com a publicação da Medida Provisória nº 1.115/22 para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. A Cooperativa não realiza qualquer tipo de operação ou qualquer prestação de serviço com não associados.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

p) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

r) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	15.331.413	829.481
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	166.296.563	67.263.032
	<u>181.627.976</u>	<u>68.092.513</u>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>115.917</u>	<u>103.154</u>

Trata-se de Aplicação Interfinanceira, classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento. Foi registrado no resultado do exercício de 2022, rendimentos em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 1.087.433 (R\$ 240.349 em 2021).

6 Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de renda fixa (i)	89.620.005	35.444.554
Cotas de fundos de investimento (ii)	101.906.750	67.262.032
Participações em cooperativas (iii)	1.000	1.000
	<u>191.527.755</u>	<u>102.707.586</u>

- (i) Trata-se de recursos investidos em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia “Selic”, e Letras do Tesouro Nacional, de investimentos com renda fixa, mantidos para carteira de negociação. São remunerados à taxa média de 100% da Selic. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Possuem vencimento final em setembro/2023.
- (ii) Trata-se de aplicações em cotas de fundos de renda fixa de instituições privadas de primeira linha sem vencimento. São mensurados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos, e estão custodiados na CETIP/B3.
- (iii) A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Foi registrado no resultado do exercício de 2022, rendimentos em ingressos da intermediação financeira – operações com títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 30.550.516 (R\$ 10.275.483 em 2021).

7 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	227.754.709	91.181.445	318.936.154	174.345.376	59.209.217	233.554.593
Financiamentos	26.821.864	14.039.177	40.861.041	7.648.845	18.113.199	25.762.044
Financiamentos rurais	237.651.492	48.738.026	286.389.518	162.644.305	27.093.170	189.737.474
	492.228.065	153.958.648	646.186.713	344.638.526	104.415.586	449.054.111

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 97.169.892 (R\$ 58.575.028 em 2021), (nota 20).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	31/12/2022			31/12/2021		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	203.637.514	203.637.514	-	211.978.834	211.978.834
B	1,0	88.950	314.139.783	314.228.733	412.073	112.834.788	113.246.861
C	3,0	369.552	92.684.853	93.054.404	648.001	76.156.779	76.804.781
D	10,0	231.962	5.441.092	5.673.054	398.202	23.232.576	23.630.778
E	30,0	199.243	1.583.284	1.782.527	283.493	7.704.199	7.987.692
F	50,0	643.269	6.339.445	6.982.714	16.320	624.340	640.661
G	70,0	4.369.544	983.680	5.353.224	104.817	1.679.513	1.784.330
H	100,0	2.833.371	12.641.172	15.474.543	2.320.148	10.660.026	12.980.174
		8.735.891	637.450.823	646.186.713	4.183.054	444.871.055	449.054.111

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	57.347.129
2024	90.032.927	31.396.550
2025	40.860.257	13.170.998
2026	17.029.318	2.368.614
2027 a 2031	6.036.146	132.295
	<u>153.958.648</u>	<u>104.415.586</u>

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 34.660.407 (R\$ 38.716.539 em 2021). Em 2022, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 5.745.619, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 10.673.124 em 2021), registrados em ingressos de operações de crédito (nota 20).

8 Outros ativos financeiros

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	182.362	-	182.362	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens (i)	1.363.850	1.974.773	3.338.623	1.355.971	2.813.397	4.169.368
	1.546.212	1.974.773	3.520.985	1.355.971	2.813.397	4.169.368

(i) Trata-se de Cessão de Crédito Cartão e de Financiamentos de Bens Não de Uso Próprio, recebidos de terceiros.

9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(21.623.750)	(9.143.579)	(30.767.329)	(18.067.691)	(5.766.079)	(23.833.770)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(86.073)	(13.715)	(99.788)	-	-	-
	(21.709.823)	(9.157.294)	(30.867.117)	(18.067.691)	(5.766.079)	(23.833.770)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(23.833.770)	(26.017.617)
Créditos baixados para prejuízo	1.249.310	4.461.512
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(11.101.159)	(9.134.981)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(83.180)	-
Reversão de provisão para operações de crédito	2.893.768	6.857.316
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	7.914	-
Saldo final	(30.867.117)	(23.833.770)

10 Outros ativos

Descrição	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	58.405	-	58.405	38.317	-	38.317
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	12.509	-	12.509	79.836	-	79.836
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	318.394	-	318.394
Pagamentos a ressarcir	56.847	296.647	353.494	-	73.314	73.314
Devedores diversos – País (i)	3.052.376	-	3.052.376	335.249	-	335.249
Material em estoque	122.910	-	122.910	336.931	-	336.931
Ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	-	-	-	639.108	-	639.108
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos (ii)	110.000	2.327.374	2.437.374	1.677.069	11.178.000	12.855.069
Outros ativos	6.219	-	6.219	-	-	-
	<u>3.419.266</u>	<u>2.624.021</u>	<u>6.043.287</u>	<u>3.424.904</u>	<u>11.251.314</u>	<u>14.676.218</u>

- (i) Valores de pendências com operações de crédito em regime de caixa em sua maior totalidade geradas devido migração de Core-Bancário, diferença de caixa, e pendências de banco, além da comissão de seguro prestamista.
- (ii) Refere-se a bens recebidos pela Cooperativa em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

11 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	1.412.138	-	1.412.138	-
Instalações	10%	392.764	(78.553)	314.211	-
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	15.518.776	(5.624.265)	9.894.511	12.059.698
Veículos	20%	192.500	(135.500)	57.000	96.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	472.575	-	472.575	-
Imóveis	De 4% a 20%	<u>55.428.136</u>	<u>(3.814.361)</u>	<u>51.613.775</u>	<u>52.925.635</u>
		<u>73.416.889</u>	<u>(9.652.679)</u>	<u>63.764.210</u>	<u>65.081.333</u>
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	10%	559.085	(323.501)	235.584	200.460
		<u>73.975.974</u>	<u>(9.976.180)</u>	<u>63.999.794</u>	<u>65.281.793</u>

12 Depósitos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	126.962.102	137.183.575
Depósitos a prazo	262.819.452	281.612.567
	<u>389.781.554</u>	<u>418.796.142</u>

Os depósitos a vista não são remunerados. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2022, foram registrados R\$ 60.600.243 (R\$ 21.480.240 em 2021) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

13 Recursos de aceite e emissão de títulos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós Fixado	123.480.498
Letras de Crédito do Agronegócio - BTG	203.748.985
	<u><u>327.229.483</u></u>

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). No exercício de 2022, foram registrados R\$ 13.897.322 (R\$ 532.552 em 2021) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de recursos de aceite e emissão de títulos.

14 Relações interfinanceiras

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Repasse do País - Instituições oficiais	<u>1.548.092</u>	<u>5.184.388</u>	<u>6.732.480</u>

Recursos captados para repasse junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros. No exercício de 2022 foram registrados R\$ 163.781 no resultado em operações de empréstimos e repasses.

15 Outros passivos financeiros

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	<u>531.619</u>	<u>314.436</u>

16 Provisões

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Provisão para contingências	<u>212.544</u>	<u>412.562</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa estava com dois processos em aberto com a Receita Federal, classificada como perda provável, discutida na esfera judicial, com valor total de R\$ 212.544, sobre a qual a administração da cooperativa decidiu, com base na opinião de seu assessor jurídico, constituir provisão no valor, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em pagamentos a ressarcir, no ativo.

A provisão está assim constituída:

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	339.842
Adição	298.702
Baixa	(225.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	412.562
Adição	5.210
Baixa	(205.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	212.544

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda possível ou provável em 31 de dezembro de 2022.

17 Obrigações fiscais correntes e diferidas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços	27.134	36.033
Impostos e contribuições sobre salários	647.590	552.915
Contribuição ao FGCOOP	89.626	-
I.R.R.F.	1.609.315	418.807
	2.373.665	1.007.755

18 Outros passivos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e estatutárias:		
Juros sobre o capital	-	12.876
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	983.513	1.152.897
Gratificações e participações a pagar	17.919	-
Sobras a distribuir	86.064	95.486
Quotas de capital a pagar	2.910.001	3.440.743
	3.997.497	4.702.002
Diversas:		
Cheques administrativos (ii)	18.976.888	66.166.087
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	3.252.576	1.669.347
Credores diversos no País (iv)	3.084.433	156.307
	25.313.897	67.991.741
Outros passivos (v)	-	552.271
	29.311.394	73.246.014

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 19b).
- (ii) Compreende nos valores em que a cooperativa possui de obrigação com os associados pela emissão de cheques Administrativos, que podem ser compensados, sacado no caixa ou devolvidos, sendo o crédito retornando a conta do cooperado total ou parcial conforme critério do cooperado.

- (iii) Contempla os valores de provisão com pessoal como, férias, impostos sobre as férias, salários a pagar, honorários a diretoria e conselhos, valores com despesa administrativa e valores como gravame e prestamista.
- (iv) Valores de pendências com operações de crédito na sua maior totalidade geradas devido migração de Core-Bancário, diferença de caixa, e pendência de banco.
- (v) Compreendiam os valores a pagar por prestação de serviço como saldo de contas salário, salários e pró-labores a pagar.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 6.264 e 4.601 cooperados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.646.325 (R\$ 2.958.125 em 2021), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 8.483.024 (R\$ 5.784.754 em 2021), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2022, no montante de R\$ 1.610.153 e no exercício de 2021 R\$ 3.267.027.

O capital social é de R\$ 84.830.681 e de R\$ 72.500.137 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2022 e de 2021, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	19.101.951	20.797.888
Juros sobre o capital (i)	(436.680)	(326.095)
Liquidação de reserva	340.240	-
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(1.900.551)	(2.047.179)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(950.276)	(1.023.590)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	16.154.684	17.401.024

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2022, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB

nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais”, e ajustados. Os valores apurados de juros ao capital nos exercícios de 2022 e de 2021, foram substancialmente integralizados em quotas de capital em 2022.

- (ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em março de 2022, das sobras acumuladas do exercício de 2021 foi aprovada a destinação de 10% sobre as sobras líquidas para Reserva Legal no valor de R\$ 1.740.103, para o Reserva para Expansão de 10% no valor de R\$ 1.740.102, para Reserva para Desenvolvimento Tecnológico a destinação foi de 10% no valore de R\$ 1.740.102 e para a Reserva de Estabilidade Econômico-Financeiro 15%, no valor de R\$ 2.610.154. Para distribuição de sobras foi disponibilizado o valor de R\$ 1.087.539.

20 Ingressos de operações de crédito

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Rendas de empréstimos	28.471.273	50.442.879	28.469.121
Rendas de financiamentos rurais	18.422.310	29.838.565	12.510.720
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	2.194.753	5.745.619	10.673.124
Rendas de financiamentos	3.232.047	5.393.031	2.507.823
Rendas de direitos creditórios descontados	3.069.219	5.035.536	3.554.513
Rendas de adiantamento a depositantes	345.840	714.262	859.727
	<u>55.735.442</u>	<u>97.169.892</u>	<u>58.575.028</u>

21 Ingressos de prestação de serviços e tarifas

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	1.505.024	2.297.247	1.376.353
Rendas de cobrança	98.528	124.619	-
Rendas de transferência de fundos	70	33.881	142.677
Rendas por serviços de pagamento	-	1.367	6.573
	<u>1.603.622</u>	<u>2.457.114</u>	<u>1.525.603</u>
Rendas de tarifas			
Rendas de tarifas bancárias – PJ	37.175	296.617	834.375
Rendas de serviços prioritários – PF	70.532	187.213	353.920
Rendas de pacotes de serviços – PF	-	22.481	95.939
Rendas de serviços diferenciados – PF	-	1.795	5.850
	<u>107.707</u>	<u>508.106</u>	<u>1.290.084</u>
	<u>1.711.329</u>	<u>2.965.220</u>	<u>2.815.687</u>

22 Dispêndios de pessoal

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Dispêndios de proventos	(5.246.498)	(9.640.397)	(7.426.379)
Dispêndios de encargos sociais	(1.863.602)	(3.527.866)	(2.705.809)
Dispêndios de benefícios	(2.113.170)	(3.495.248)	(3.648.617)
Dispêndios de honorários - Conselho de Administração e Diretoria	(945.231)	(1.923.265)	(1.958.012)
Dispêndios de treinamentos	(345.493)	(345.493)	-
Dispêndios de honorários - Conselho Fiscal	(98.172)	(187.572)	(167.664)
	<u>(10.612.166)</u>	<u>(19.119.841)</u>	<u>(15.906.481)</u>

23 Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depreciações e amortizações	(2.138.487)	(4.316.840)	(870.470)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(2.428.916)	(2.841.825)	(715.225)
Processamento de dados	(929.948)	(2.438.124)	(3.579.260)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(1.073.004)	(1.610.924)	(691.319)
Manutenção, conservação de bens e material	(390.036)	(1.162.184)	(920.239)
Serviços do sistema financeiro	(578.792)	(1.084.492)	(1.463.425)
Serviços de vigilância e segurança	(473.784)	(984.639)	(724.912)
Água, energia e gás	(330.829)	(695.371)	(337.956)
Comunicações	(260.398)	(529.436)	(545.093)
Viagem no país	(182.388)	(346.210)	(24.681)
Transporte	(193.760)	(259.852)	(44.217)
Aluguéis	(162.693)	(250.168)	(167.466)
Seguros	(99.534)	(163.239)	(98.007)
Outros dispêndios administrativos	(937.828)	(1.486.244)	(1.044.703)
	<u>(10.180.397)</u>	<u>(18.169.548)</u>	<u>(11.226.973)</u>

24 Outros ingressos operacionais

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e dispêndios	771.579	996.144	292.675
Rendas de seguro prestamista	765.244	895.157	-
Reversão provisão operacional	205.228	205.228	-
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	1.725	1.725	-
Outras rendas operacionais	11.347	206.325	603.037
	1.755.123	2.304.579	895.712

25 Outros dispêndios operacionais

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Descontos concedidos em renegociações	(260.561)	(459.380)	(505.432)
Outras dispêndios operacionais	(526)	(15.734)	-
	(261.087)	(475.114)	(505.432)

26 Outros ingressos e dispêndios

Descrição	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos não operacionais			
Ganhos de capital	-	9.394.260	15.800
Reversão de provisões não operacionais	9	9	-
Outras rendas não operacionais	28.632	208.461	385.984
	28.641	9.602.730	401.784
Dispêndios não operacionais			
Dispêndios de provisões não operacionais	-	(62.546)	-
Perdas de capital	(581)	(40.936)	(46.215)
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	(87)	-
Outros dispêndios não operacionais (i)	(8.302)	(3.688.123)	(1.712)
	(8.883)	(3.791.692)	(47.927)
	19.758	5.811.038	353.857

(i) Refere-se substancialmente aos valores relativos à tributação incidente a venda de ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos.

27 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2022.

28 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	11.830.562	9.276.987
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	6.933.093	8.914.367
Patrimônio líquido		
Capital social	1.484.172	1.269.942
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	971.250	632.458
Dispêndio com captações	(699.478)	(248.423)
Benefícios:		
Conselho de Administração e Diretoria	(1.923.265)	(1.958.012)
Conselho fiscal	(187.572)	(167.664)

29 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	139.450.424	113.433.527
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	687.362.379	496.462.814
Índice de Basileia	20,29%	22,85%

30 Plano de ação para implementação da Resolução 4.966/2021

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, comercial e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS irá dividir o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o CrediSIS criou um cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 01 (2023):** Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da cooperativa e características contratuais dos fluxos de caixa.
- **Etapa 02 (2023):** Conclusão do estudo com a área de tecnologia da informação para levantamento dos pontos de alteração do Sistema de Tecnologia ERP e demais sistemas ligados e/ou aquisição(ões) complementar(es), caso necessário.
- **Etapa 03 (2024):** Disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN N° 4.966/21

31 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade do Sistema. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. A política de gerenciamento de riscos e de capital foi aprovada, de modo que seja compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas associadas à Cooperativa. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.primacredi.com.br, no caminho "A PRIMACREDI/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, apresentada em um relatório semestral as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados as falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

b Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira de crédito, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando o risco de crédito a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pelos cooperados de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas, preservando sempre pelo casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Primacredi em sua centralização financeira e de acordo com suas políticas.

e Risco socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas da Primacredi, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

f Gestão de continuidade do negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a ocorrência de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades da Primacredi.

g Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital, visando os objetivos estratégicos da Primacredi, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

32 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Jorge Francisco Mira
Presidente
CPF 211.088.119-49

Patricia Pedroso de Oliveira
Contador CRC: MT – 020623/O-8
CPF: 050.900.881-01

Laura Beatriz Gomes da Mota Costa
Diretor responsável pela área contábil
CPF 424.618.471-34

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br